



1

**Ata da 54ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da
Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**

1 Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e cinco
2 minutos em segunda chamada, reuniram-se no ambiente virtual Microsoft Teams, os
3 membros do Conselho da APA do Banhado Grande presentes para a Assembleia Ordinária,
4 convocada pela Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Letícia Rolim Vianna.

5 UFRGS – Terezinha Guerra

6 Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha - Jordana Borba Gomes

7 Prefeitura de Glorinha - Kiscporski

8 FEPAM – Roberta Ferreira Soares

9 SEMA – Ricardo Ramos

10 SEMA – Letícia Rolim Vianna

11 SEMA – Cecília Schuler Nin

12 SEMA – Jan Karel

13 SEMA – Paola Stumpf (convidada)

14 SEMA – Luciano Kops (convidado)

15 DRH – Gabriel Muller

16 INCRA – Paulo Heerd

17 SEAPDR – Eduardo Oslaj

18 Comitê Gravataí - Manoel Adam

19 Comitê Gravataí – Sergio Cardoso

20 AAFISE – Marthin Zang

21 FIERGS - Tiago José Pereira Neto

22 SINDIENERGIA – Daniela Cardeal

23 FARSUL – Marcelo Camardelli Rosa

24 APNVG – Tânia Maria Dias Peixoto

25 CURICACA – Andreas Kindel

26 ACAMPA - Leandro Martins

27 Sindicato Rural de Gravataí - Manoel Valim

28 STRSAP – Priscila Santos

29 Quinta da Estância – Lucídio Goelzer

30 Quinta da Estância – Rafael Goelzer

31 LBV – José Joaquim Martins Rodrigues



4

32 Ministério Público Estadual – Roberta Teixeira

33 **1. Acordos, solicitações e propostas** - Foi solicitado que os participantes mantivessem seus
34 microfones no mudo o tempo todo, abrindo apenas nos momentos de fala. Orientou-se que
35 para pedir a palavra deveria se solicitar no *chat* e de acordo com a ordem cada um teria seu
36 momento de fala. A reunião foi gravada.

37 **2. Aprovação da ata da Assembleia Ordinária de 08 de junho de 2020** - A reunião foi aberta
38 pela presidente do Conselho, Letícia Rolim Vianna, que informou que por um equívoco, a ata
39 da 53ª Assembleia Ordinária, ocorrida em 08 de junho de 2020, não foi anexada ao e-mail de
40 convocação, tendo sido disponibilizada aos conselheiros apenas na manhã do dia da reunião,
41 desta forma a aprovação da 53ª assembleia ocorrerá junto com a aprovação da ata da 54ª as-
42 sembleia no dia 10 de agosto de 2020.

43 **3. Plano de Manejo**

44 **3.1. Apresentação dos alvos de conservação** – Letícia (APABG/SEMA) editou o vídeo do
45 *workshop* de 30 de junho, de forma que apenas a apresentação dos alvos contivessem no ar-
46 quivo infelizmente poucos conseguiram ver o vídeo com áudio, então a equipe improvisou uma
47 pequena apresentação dos alvos. Os vídeos, tanto a íntegra do *workshop*, quanto o editado
48 com o resumo, estão disponíveis no *link* que segue: <https://drive.google.com/drive/folders/4911b5VLEUI1-QaCu-gxZroRESCRRCmjrWF?usp=sharing>.

50 **3.2. Próximas etapas** – Paola apresentou fluxograma com o processo de elaboração
51 do Plano de Manejo, composto pelas seguintes etapas sequenciais: organização do
52 processo de planejamento, informação de base, análise das informações e
53 planejamento, nesta ordem. Localizou o andamento do Plano de Manejo na etapa de
54 análise das informações de base, que consiste na definição dos alvos de conservação
55 e definição de valores e recursos fundamentais (construído no *workshop* que está em
56 andamento), e análise integrada das ameaças a esses alvos e os benefícios gerados
57 por eles. A próxima etapa será a de planejamento, que contém o zoneamento, os
58 programas de gestão, a indicação dos planos específicos e a indicação da necessidade
59 de estudos específicos, sendo esta última etapa construída nas oficinas setoriais. A
60 partir disto a equipe propôs um cronograma com finalização em dezembro de 2020,
61 que deverá ser apresentado formalmente ao MP.

62 **4. Relatos**

63 **4.1. Questões administrativas** (não estavam na pauta) – Letícia pediu que o chefe da
64 DUC, Luciano Kops, falasse a respeito de um entrave que surgiu relativo ao pagamento
65 das consultorias e que no entendimento da equipe coloca em risco o andamento do
66 Plano de Manejo de acordo com o cronograma pensado. O problema foi que o recurso
67 da APA que estava reservado para pagamento do PM não foi suplementado este ano
68 ainda, tendo expirado o prazo para tal, desta forma, não foi possível pagar a última
69 nota da FAURGS, que já entregou seus produtos e teve o contrato encerrado, assim
70 como também não será possível pagar as próximas faturas da Biolaw com o recurso
71 previsto para este fim. Luciano teve problemas de sinal de internet mas explicou que no
72 final do ano fiscal se faz o planejamento de empenhos para o ano seguinte, como em
73 dezembro algumas das informações ainda não eram previstas, este empenho ficou em
74 aberto. Para a execução deste recurso (que vem de caixa único do Estado) para o

5

6

2/7



7

75plano, não há possibilidade, pois não foi empenhado. A solução encontrada foi utilizar a
76medida compensatória da Pampa Energética, que na época do incêndio a CECA
77autorizou emergencialmente para pagamento de helicóptero e acabou não sendo
78usada, para pagamento do Plano de Manejo. Como garantia de continuidade do
79serviço e pagamento. Sergio Cardoso perguntou qual o valor da medida compensatória
80seria utilizado para esse fim e Cecília falou que o valor faltante para o plano de manejo
81gira em torno de R\$90.000,00 correspondente a última parcela da FAURGS e as
82faltantes da Biolaw. O grupo foi questionado sobre o que na prática essa mudança
83altera o cronograma e ações, Letícia disse que o que definiria uma possível alteração
84seria o tempo de acesso a esse novo recurso e pediu que Luciano Kops
85complementasse. Ele informou que o rito burocrático dentro das empresas privadas era
86bem menor do que o uso de recurso que está no caixa único, e por isso mais ágil,
87portanto se essa medida puder ser implementada, é possível que não se perca muito
88tempo, que ainda falta fazer um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental
89com a empresa. Paola perguntou qual a previsão para execução do recurso da Pampa
90Energética para o pagamento do Plano de Manejo. Por problemas técnicos Luciano K.
91não respondeu. Paola explicou que o que aconteceu este ano de diferente dos anos
92anteriores, é que ninguém encaminhou o plano de aplicação para solicitação da
93suplementação deste recurso, por isso não existe orçamento este ano para o plano de
94manejo da APABG e o que a gestão está fazendo agora é tentar utilizar outra fonte de
95recurso para garantir o pagamento das consultorias, disse que a tramitação do recurso
96de compensação ambiental é realmente mais ágil, porém sua dúvida é quanto a
97condição deste recurso agora, ele já está em execução? Paola acha que ainda não, e
98isso é que pode ser o entrave para o Plano, o tempo para este recurso entrar em
99execução. Paola se questiona sobre como seguir com o trabalho de planejamento da
100Biolaw se não temos garantia de recurso para pagar esse serviço. Letícia adisse que
101entendeu pela fala do Luciano que o TCCA já foi encaminhado para assinatura da
102empresa, mas não tem informação de prazo para obtenção do recurso, se
103comprometeu a seguir buscando informações e repassando para o conselho gestor da
104APABG. Cecília enxerga como maior dificuldade a dúvida de como seguir demandando
105a Biolaw sabendo que não existe recurso para cumprir com o pagamento dos próximos
106produtos, disse que estamos finalizando um documento para a segunda parte do
107workshop que está marcado para o dia 20 de julho e que a equipe está com muitas
108dúvidas administrativas e jurídicas relativas a sua conduta a partir de agora. No áudio
109enviado pelo Luciano Kops, em resposta a pergunta feita por Paola, ele disse que a
110alteração do recurso não traz mudança em relação a continuidade do Plano de Manejo,
111em termos de pagamento, o compromisso de pagamento da contratada se torna, de
112uma certa maneira, mais rápida pois se consegue executar o recurso diretamente de
113uma empresa privada que deve medida compensatória com a empresa contratada,
114neste caso, a Biolaw. O valor da Medida Compensatória da Pampa Energética é na
115ordem de R\$230.000,00, o recurso do caixa único seguirá sendo utilizado, se não para
116pagamento do Plano de Manejo, para outra finalidade. A nota que foi emitida pela
117FAURGS terá que ser cancelada e modificada para pagamento pela Pampa
118Energética. Sérgio Cardoso propõe uma reflexão a respeito dessa situação, onde um



10

119valor considerável foi destinado para pagamento do plano de manejo, mas por ter sido
120encaminhado ao Caixa Único do Estado, ficou inacessível, essa ocorrência deve servir
121de lição para que não se permita mais a condução de recurso de medida
122compensatória para o caixa único do Estado. Sérgio complementou dizendo que por
123erro de alguém que deveria ter empenhado esse recurso ano passado, pois existia
124previsão, a APA não pode seguir o Plano de Manejo. Paulo Heerdt ficou em dúvida a
125respeito do TCCA, se a elaboração do documento necessário para liberação do
126recurso, necessita de envolvimento da equipe ou só é necessário o acompanhamento
127do processo. Letícia disse que essa preocupação é do grupo, pois a gestão é que está
128providenciando o TCCA, porém não existe prazo para a liberação do recurso, e a
129equipe fica sem saber como se posicionar nesta situação, pois sabe que hoje, não
130existe recurso nem garantia de aquisição do mesmo para pagamento da consultoria.
131Inclusive o workshop, que estava agendado para 20 de julho foi adiado por conta disso.
132Roberta Teixeira perguntou se a Biolaw estava se negando a dar continuidade ao
133trabalho em razão do atraso de pagamento. Letícia explicou que o atraso é referente a
134nota da FAURGS que inclusive já encerrou o contrato, a Biolaw ainda não tem nota a
135ser paga e não se negou a continuar o serviço, porém ainda não tiveram ciência da
136situação financeira. Roberta perguntou quem contratou o serviço dessas empresas.
137Paola respondeu que foi a SEMA. Roberta continuou dizendo que entende que a
138equipe técnica deve seguir fazendo seu trabalho, a empresa que busque junto a SEMA
139o recebimento dos seus valores, no momento em que ela se negar a dar continuidade
140ao trabalho, aí sim, a equipe técnica entra na discussão, e continuou colocando que, no
141seu entendimento, parece que se está gastando energia para resolver uma situação
142onde já existe outro resolvendo. Paola explicou que a equipe está tentando se
143antecipar a um problema maior ainda, esse problema ocorreu bem no momento que as
144coisas estavam fluindo, que já havia um replanejamento do trabalho e isso preocupa a
145equipe, e que por ser também fiscal do contrato, responde com o seu patrimônio e se
146preocupa em cumprir com o papel de fiscal que é apontar possíveis problemas que
147possam vir a ocasionar o não cumprimento do serviço contratado. A equipe entende
148ser muito grave essa situação tendo em vista que o setor financeiro apontou que não
149há recurso neste exercício para executar o serviço, por isso a equipe entende temerário
150manter o andamento do trabalho tendo ciência disso. Roberta Teixeira seguiu dizendo
151que não vê necessidade de adiar o trabalho. Paola falou que sabedoras de que não há
152recurso para pagamento do serviço e que após o *workshop* será emitida uma nota da
153contratada para pagamento, acontecerá o mesmo que aconteceu com a FAURGS, a
154SEMA não vai cumprir com o seu compromisso. Cecília continuou dizendo que a
155Biolaw já absorveu o passivo da FAURGS por conta da demora dos pagamentos, das
156entregas de produtos, pois o diagnóstico precisava ser entregue para iniciar o trabalho
157do planejamento, por esse motivo a Biolaw está vinculada a APA a muito tempo, já
158tendo sido necessário fazer aditamentos de contrato. O último produto pago a Biolaw
159foi em janeiro, com muito atraso. Se a próxima nota for emitida, neste momento não
160existe previsão de pagamento. Letícia disse que historicamente sempre houve um
161esforço muito grande da equipe técnica para que os recursos fossem disponibilizados
162para viabilizar o plano de manejo, e acredita que se estivesse exclusivamente a cargo





13

163da gestão criar a viabilidade financeira para o andamento do PM, o mesmo poderia
164nem ter sido iniciado. O conselho da APA acompanha a anos o esforço dos técnicos
165para viabilizar o plano de manejo, e reforça que a ideia é fazer o trabalho com a
166segurança de que as consultorias sejam pagas e pra isso a SEMA tem que dar alguma
167orientação concreta de como resolver este empasse, a ideia é que isso se resolva
168rapidamente e o plano volte a andar com a garantia do pagamento do trabalho
169realizado. Tânia Peixoto disse concordar com o posicionamento da Promotora Roberta
170Teixeira. Eduardo Oslaj se posicionou em concordância com a Promotora Roberta
171Teixeira. Andreas Kindel sugere fazer uma conversa com a Biolaw imediatamente no
172sentido de encerrar o produto em andamento e cobrar, agradeceu a postura
173transparente da gestão e prestou apoio a imediata conversa com a consultoria. Sugere
174manifestação formal do conselho, no sentido de informar que este colegiado não aceita
175uma nova parada no andamento do plano de manejo e que para isso a gestão deve dar
176condições, portando solicita providências imediatas quanto aos pagamentos das
177consultorias, se for do entendimento de todos, inclusive da gestão da APA. Letícia
178completa dizendo que a SEMA vislumbra uma solução, mas não garante prazo para
179concretizar os pagamentos. Leticia informou que as conversas da equipe de
180coordenação com as empresas contratadas tem sido francas e transparentes.

181 **4.2. CT Alteração do Regimento Interno do Conselho Gestor da APABG** – Letícia
182passou a palavra para o coordenador da CT, Paulo Heerdt que relatou que houve
183reunião em 02 de julho, que foi discutida a necessidade de adaptar o regimento ao
184novo código e a IN 02/2018, que ainda não foi revista e segue com processo em
185aberto. Concluíram que não adianta parar o trabalho da CT por conta da discussão da
186IN 02, pois esta questão é interna da SEMA, que a questão mais forte para a APA, que
187é a questão da mudança do caráter deliberativo para consultivo, e essa está definida
188no novo Código Ambiental, que a ideia é seguir fazendo as adaptações necessárias
189independente do trabalho da SEMA com a IN 02 e que no próximo dia 23 está marcada
190nova reunião. Hoje a referência que se tem é o regimento atual, depois, quando a IN for
191revisada, quando a regulamentação do código trouxer definições e interlocução com os
192conselhos e suas regulamentações, se faz os ajustes necessários, para que possamos
193avançar do que é possível.

194 **4.3. GT Renaturalização do Rio Gravataí** – A primeira reunião ocorreu em 23 de
195junho, foi definido pelo grupo que as reuniões serão quinzenais, sempre nas quintas
196feiras, sendo a próxima no dia 9 de julho, onde a METROPLAN apresentou os estudos
197referentes ao alto Gravataí, na próxima reunião que será em 23 de julho teremos a
198apresentação dos estudos da UFRGS. Esta fase é para reunir as informações técnicas
199existentes para após organizar, identificar as lacunas de informação e posteriormente
200definir as metas. O trabalho do GT servirá de subsídio para um Plano Estadual de
201Revitalização de Bacias. Sergio Cardoso enfatizou a importância do trabalho da
202METROPLAN que ficou evidenciado pelos últimos eventos climáticos, uma grande
203seca até 20 dias atrás e hoje temos cheias e inundações que serão minimizadas
204se/quando esses estudos forem implantados.

205**4.4. Linhas de Transmissão** – Leticia convidou Andreas para falar o que está sendo



16

206feito no grupo que se reuniu para tratar desta questão que tem sido alvo de
207preocupação para o conselho. Depois da última reunião Letícia reuniu todas as
208informações sobre a Linha de Transmissão Capivarí do Sul – Viamão 3, abriu um
209PROA, para assinar eletronicamente a manifestação do Conselho que reitero o
210atendimento ao item que solicitava o afastamento do empreendimento Quinta da
211Estância, onde há uma área de recuperação de aves, e evitar algumas manchas de
212remanescentes florestais, e encaminhou via e-mail, em 23 de junho ao DIGEN/FEPAM
213pedindo esclarecimentos. Em contato com a DIGEM Leticia foi informada que esta
214questão aguarda análise, que o processo é físico e encontrasse nos arquivos da
215FEPAM, por isso a demora. Por esse motivo Andreas sugere reforçar a solicitação de
216revisão da licença emitida, Leticia se dispõe a entrar em contato com a DIGEN na
217pessoa da Rosaura para tentar acelerar esta análise. Promotora Roberta Teixeira
218informou que chegou na PJ Regional questionamentos a respeito destas LTs e pediu
219informações referentes a esta questão para que possa fazer o questionamento a
220FEPAM. Letícia confirmou o contato por e-mail da Laura e informou que encaminhou as
221informações via e-mail. Lucídio informou que a empresa já está marcando as áreas das
222torres de acordo com o traçado sugerido pela empresa e não a autorizada pelo
223Conselho da APA e pediu pressa para evitar prejuízos para a empresa e judicialização
224desta questão. Daniela Cardeal, informou que o procedimento padrão que tem sido
225adotado pela FEPAM é a solicitação para a empresa demarcar as posições de
226instalação das torres para na vistoria se verificar se o traçado está correto, talvez seja
227esse o caso. Andreas informou que Cecília disponibilizou *link* do DRIVE para todos
228terem acesso aos documentos referentes às LTs. Letícia disse que voltará a entrar em
229contato com a DIGEN e Daniela irá averiguar a questão levantada por ela.

230**5. Assuntos Gerais** - Nos assuntos gerais Leticia lembrou que por conta da pandemia
231algumas assembleias não ocorreram nas datas aprovadas pelo Conselho da primeira
232reunião do ano, desta forma sugeriu um novo calendário com as seguintes datas, 10/8,
23305/10 e 7/12 que seriam as datas das assembleias ordinárias, e além dessas, sempre
234que necessário faremos reuniões extraordinárias por ocasião do plano de manejo é
235nossa meta. Sobre o Instituto Etnia Planetária, Letícia resumiu dizendo que na época
236que o projeto foi apresentado a APA achou que poderia ser muito benéfico, porém a
237comunicação entre o Instituto e a APA ficou prejudicado no momento em que as
238técnicas apontaram algumas incompatibilidades, como por exemplo, a intenção de
239plantar espécies invasoras nas APPs da UC, foi solicitado que não se fizesse a
240aquisição das sementes de algumas espécies para plantio nesta UC, porém isto foi
241ignorado, também foi encaminhado um documento técnico elaborado pelo botânico da
242FZB que trabalhou no plano de manejo da APA, sugerindo a troca de algumas espécies
243por outras nativas da região e este documento também foi ignorado, a partir desses
244apontamentos o IEP começou a evitar o diálogo, não informava eventos e reuniões
245feitos dentro da UC a gestão, não comparecia nas reuniões do Comitê Gravataí quando
246convidados, além de outras dificuldades de diálogo. A APA sempre teve intenção de
247contribuir e colaborar para que este projeto tivesse resultados ambientalmente
248satisfatórios, mas não teve sucesso. Hoje a APA não tem ideia de qual a abrangência
249deste projeto dentro da sua área. Promotora Roberta Teixeira informou que em reunião



19

247com o IEP teve a mesma informação referente ao entendimento de quais espécies
248utilizar na APA e por isso o Instituto optou por migrar parte do projeto para a Bacia do
249Rio dos Sinos e parte menor segue na Bacia do Rio Gravataí. Está em fase avançada
250pois já foram plantadas as mudas. Nesta última reunião foi entregue relatório bem
251robusto com fotos, indicação das propriedades, demonstrando que o trabalho seguiu
252em frente, mas devido a questão da divergência referente as espécies o IEP se
253distanciou, mas a bacia foi beneficiada. Sergio corroborou com a fala da Letícia e
254contou que foi procurado para fazer um termo de adesão de parceria, porém os custos
255todos deveriam ser absorvidos por ele, hora técnica, combustível, veículo, e tudo mais
256que o IEP necessitasse. Nessas condições não houve forma de aceitar inclusive
257porque Sergio entende que o projeto que recebeu do Governo Federal por volta de
258R\$3.000.000,00 para fazer esse trabalho não poderia transferir o custo da implantação
259do projeto a outros. Sendo inviável a parceria, o Comitê Gravataí solicitou apenas
260transparência, tem registro de vários e-mails solicitando informação e não tem retorno,
261entende que dentro de uma região é necessário tornar público o trabalho pago com
262recurso público. Paola perguntou quem faz o acompanhamento técnico dentro da
263SEMA. Letícia disse não saber pois foram excluídos do processo, e Sérgio disse que
264André Osório é um dos técnicos que acompanha trabalho e entende que os relatórios
265devem ser solicitados ao grupo da SEMA para tornar público o processo. Letícia Rolim
266perguntou se alguém tem alguma questão para expor nos assuntos gerais, ninguém se
267manifestou.

268Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Deliberativo da
269Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Letícia Rolim Vianna, encerrou a
270reunião agradecendo a presença de todos, e eu, Letícia Rolim Vianna, lavrei a presente
271ata.

